



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

**ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO
RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**

**SIPASA – SERINGA INDUSTRIAL DO PARÁ S/A, KM 122, ESTRADA DO
PROJETO SERINGUEIRA, KM 42, MOJU-PA.**



PERÍODO DA AÇÃO: 23 de agosto a 02 de setembro de 2010

LOCAL: Moju-Pa

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: 03°14' 24.2''S 049°20'32.1''W

ATIVIDADE: Serraria com desdobramento de madeira

CNAE 1610-2/01

SETEMBRO DE 2010



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO PARÁ

ÍNDICE

I - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO	03
II - PERÍODO DA AÇÃO	03
III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	03
IV - DA EMPRESA DENUNCIADA	03
V - DA ÁREA FISCALIZADA	03
VI - DA EMPRESA FISCALIZADA	04
VII - DA IDENTIFICAÇÃO DOS SÓCIOS	04
VIII - DA LOCALIZAÇÃO E DO ACESSO	04
IX - DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS	05
X - DA AÇÃO FISCAL	05
X. 1. DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS	05
X. 2. DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO	06
XI - DADOS GERAIS	06
XII - AUTO DE INFRAÇÃO	07
XIII - ANEXOS	07

I - EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO****BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ****II - PERÍODO DA AÇÃO**

23 de agosto a 02 de setembro de 2010

III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em atenção à determinação do chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado do Pará e em atendimento aos termos do Ofício número 905/2009, referente à Representação de número 250/2009, os Auditores Fiscais do Trabalho

acompanhados pelo Procurador do Trabalho Dr.

e pela equipe do Batalhão de Polícia Ambiental da Polícia Militar do Estado do Pará, no dia 01 de setembro de 2010 deram início ao procedimento de fiscalização na Empresa **SIPASA – SERINGA INDUSTRIA DO PARÁ S/A**, situada na Rodovia PA 150, km 122, Estrada do Projeto Seringueira, km 42, no Município de Moju-Pa, constatando os seguintes fatos.

IV – DA EMPRESA DENUNCIADA

A denúncia relata, em resumo, que na **FAZENDA** situada na Rodovia PA 150, km 122, Projeto Seringa, no Município de Tailândia, cerca de 100 (cem) empregados laboram nas atividades de Serraria e Oficina, sem que lhes fossem fornecido equipamentos de proteção individual, motivando inúmeros acidentes de trabalho; que o único equipamento utilizado é a bota, sendo a mesma imprópria e vendida pelo empregador; que os empregados laboram em regime de baixada, sendo 23 dias trabalhados e sete dias de folga; que durante o período trabalhado laboram em jornada de 12 horas diárias, de segunda a segunda, sem o pagamento das horas e dias excedentes; que o deslocamento dos trabalhadores é feito em pau-de-arara e que a alimentação é vendida aos empregados ao preço de R\$. 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos).

V – DA ÁREA FISCALIZADA

A ação fiscal deu-se na área formada pelas Fazendas **SIPASA, PROMASA, ÁGUA CLARA, MAGESA, CITAG, CAIRARI, PINHEIRO e REPARTIMENTO**, na Rodovia PA 150, km 122, Estrada do Projeto Seringa, km 42, Zona Rural, Moju-Pa, CEP: 68.450.000, em coordenada geográfica **03°14' 24.2"S**

IX - DAS CONDIÇÕES ENCONTRADAS

A Auditoria fiscal constatou que o empregador mantém em seu quadro funcional atual 17 (dezessete) empregados, todos maiores de 18 anos, dentre os quais 04 (quatro) estavam sem registro em instrumento competente.

Ficou constatado também que o empregador efetua pagamento de salário sem formalização de recibo; não concede regularmente as férias; não depositar regularmente o FGTS e a CS; deixa de informar a RAIS; não comunica ao órgão competente a movimentação de admissão e dispensa dos empregados e deixa de submeter o trabalhador a exame médico admissional.

X - DA AÇÃO FISCAL

X. 1. DAS IRREGULARIDADES TRABALHISTAS.

X. 1.1. Do Registro de Empregados.

No decorrer da ação constatamos que o empregador mantinha em seu quadro funcional 02 (dois) empregados sem o respectivo registro em livro ou outro instrumento competente, contrariando o art. 41, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho, motivando a lavratura do Auto de Infração de número **021136971**.

-RELAÇÃO DOS EMPREGADOS SEM REGISTRO

- 01 [REDACTED] Forneiro, admitido em 23/08/2010;
- 02 [REDACTED] Forneiro, admitido em 23/08/2010;
- 03 [REDACTED] Ajudante Geral, admitido em 30/08/2010;
- 04 [REDACTED] Serviços Gerais, admitido em 30/08/2010.

X. 1.2. Do pagamento de salário sem formalização de recibo.

Durante a ação constatamos que a empresa mantém duas folhas de pagamento, sendo uma original, sob a qual existe a emissão de recibo de pagamento de salário e outra suplementar (caixa 02), onde não há emissão de recibo de pagamento de salário. As folhas originais e suplementares se somam somente para efeito de pagamento de salário, não incidindo sobre a suplementar (caixa 02), os valores relativos ao FGTS e outros encargos sociais. A conduta do empregador, por contrariar o artigo 464 da Consolidação das Leis do Trabalho, motivou a lavratura do Auto de Infração de número **021135290**.

X. 1.3. Do FGTS e CS.

Análise de documentos e pesquisas junto aos sistemas de subsídio a fiscalização demonstram que o empregador não recolhe regularmente os depósitos mensais do percentual referente ao FGTS e da Contribuição Social, assim como aqueles destinados a indenização compensatória incidente sobre o montante de todos os depósitos devidos ao FGTS. A conduta contraria os artigos 23, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.036, de 11.5.1990, 1º e 2º da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001 e motivou a lavratura dos Autos de Infração de números **021136505**, **021135274** e **021135282**. Lavramos também Notificação Fiscal Para Recolhimento do Fundo de Garantia e da Contribuição Social de número **506.452.123** e Notificação Fiscal Para Recolhimento Rescisório do Fundo de Garantia e da Contribuição Social de número **100.180.701**.

X. 1.4. Das Férias

Constatamos, ainda, que o empregador não concede férias nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo e não paga em dobro aquelas que são concedidas fora do período legal, contrariando os artigos 134, "caput", e 137, "caput", da Consolidação das Leis do Trabalho, o que motivou a lavratura dos Autos de Infração de números **021136998** e **021137005**.

X. 1.5. Da RAIS

Por apresentar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), contendo omissão e informações, contrariando o artigo 24, da Lei nº 7.998, de 11.1.1990, combinado com o art. 7º do Decreto nº 76.900, de 23.12.1975, lavramos o Auto de Infração de número **021135312**.

X. 1.6. Do CAGED

Por deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), contrariando o artigo art. 1º, § 1º, da Lei nº 4.923, de 23.12.1965, lavramos o Auto de Infração de número **021135304**.

X. 1.7. Dos demais atributos.

Os demais atributos foram regularizados, notificados ou não apresentaram irregularidades.

X. 2. DO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.**X. 2.1. Do exame médico.**

Por deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional, contrariando o artigo 168, inciso I, da CLT, c/c item 7.4.1, alínea "a", da NR-7, com redação da Portaria nº 24/1994.

X. 2.2. Dos demais atributos.

Os atributos de segurança, higiene e segurança do trabalho foram regularizados no decorrer da ação fiscal, notificados ou não apresentaram irregularidades.

XI - DADOS GERAIS DA AÇÃO

EMPREGADOS EM ATIVIDADE:	17
-Homens	17
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS ALCANÇADOS	48
-Homens	46
-Mulheres	02
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS REGISTRADOS SOB AÇÃO FISCAL	04
-Homens	04
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
EMPREGADOS RESGATADOS	00
-Homens	00
-Mulheres	00
ADOLESCENTE:	00
-Menor de 16 anos	00
-De 16 a 18 anos	00
VALOR DA RESCISÃO	R\$.
VALOR RECEBIDO PELOS EMPREGADOS	R\$.
VALOR PENDENTE PARA PAGAMENTO	R\$.
AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS	10

GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS	00
CTPS EMITIDAS	00
TERMO DE INTERDIÇÃO	00

XII – AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS

Nº/ auto	Ementa	Descrição da ementa
021136971 ✓	0000108	Admitir ou manter empregado sem o respectivo registro em livro, ficha ou sistema eletrônico competente.
021137005 ✓	0000914	Deixar de conceder férias nos 12 (doze) meses seguintes ao período aquisitivo.
021136998 ✓	0001015	Deixar de pagar em dobro a remuneração, quando as férias forem concedidas após o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
021135312 ✓	0011908	Deixar de apresentar, no prazo legalmente estabelecido, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
021135290 ✓	0011460	Efetuar o pagamento do salário do empregado, sem a devida formalização do recibo.
021136505 ✓	0009784	Deixar de depositar mensalmente o percentual referente ao FGTS.
021135282 ✓	0014168	Deixar de depositar na conta vinculada do trabalhador, por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, os depósitos do mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, e a indenização compensatória do FGTS incidente sobre o montante de todos os depósitos realizados.
021135274 ✓	0009890	Deixar de recolher, ou recolher após o vencimento sem os acréscimos legais, a contribuição social incidente sobre o montante de todos os depósitos devidos ao FGTS, corrigido e remunerado na forma da lei, relativos ao contrato de trabalho de empregado despedido sem justa causa, à alíquota de 10% (dez por cento).
021135304 ✓	0011924	Deixar de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego, até o dia 7 (sete) do mês subsequente ou no prazo definido em regulamento, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).
021136980 ✓	1070088	Deixar de submeter o trabalhador a exame médico admissional.

XIII - ANEXOS

- 01- Autos de Infração lavrados;
- 02- Notificação Fiscal Para Recolhimento do FGTS e CS;
- 03- Notificação Fiscal Para Recolhimento Rescisório do FGTS e CS;
- 04- Termos de Confirmação de NFGC e NRFC;
- 05- Carta de Preposto em nome de Mauro Augusto da Silva Duarte;
- 06- CD com dados e relato da ação.

Belém-Pa, 20 de novembro de 2010.

